

1 **Ata da Reunião Extraordinária do Conselho Diretor da Universidade Federal de São João del-**
2 **Rei.**

3 Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de março de 2017 (dois mil e dezessete), às 14 (quatorze) horas,
4 estavam presentes para a reunião extraordinária do Conselho Diretor da Universidade Federal de São
5 João del-Rei, na sala de Reuniões dos Conselhos Superiores – *Campus* Santo Antônio, os seguintes
6 conselheiros: professor Sérgio Augusto Araújo Gama Cerqueira, Reitor e presidente do Conselho;
7 professor Marcelo Pereira de Andrade, Vice-Reitor; os professores: Aline Cristina da Cruz e
8 Leonardo Adolpho Rodrigues da Silva; o servidor técnico-administrativo: Bruno Nascimento
9 Campos; e o membro indicado pelo Ministério da Educação: Antônio Carlos Duque Estrada
10 Carvalho. Havendo *quorum*, o presidente do Conselho deu início à reunião apresentando a
11 justificativa de ausência do conselheiro José Egídio de Carvalho, por estar em Belo Horizonte
12 participando de evento na Federaminas. Aceita a justificativa, foi aprovada, por unanimidade, a ata
13 da 22ª (vigésima segunda) reunião ordinária ocorrida em 29 (vinte e nove) de agosto de 2016 (dois
14 mil e dezesseis). Na sequência, o presidente comunicou que esteve em Brasília no início da semana
15 tratando de assuntos relacionados à Universidade, mas as notícias que trouxe de lá não são boas.
16 Informou que há uma expectativa de liberação de vagas de técnicos-administrativos para a UFSJ,
17 mas, no que se refere a vagas docentes, não há qualquer previsão. Já do ponto de vista orçamentário,
18 informou que foi divulgado pelo Governo Federal um déficit enorme para este ano e há previsão de
19 um corte no orçamento na faixa de 25 (vinte e cinco) a 35 (trinta e cinco) bilhões, podendo chegar
20 até 44 (quarenta e quatro) bilhões. Esclareceu que o orçamento da UFSJ em 2016 (dois mil e
21 dezesseis) foi de 37 (trinta e sete) milhões e que há, para 2017 (dois mil e dezessete), uma previsão
22 de corte em torno de 7 (sete) milhões. Porém, ressaltou que só a folha de pagamento dos
23 terceirizados é na faixa de 21 (vinte e um) milhões, ficando o restante dos recursos para manter os
24 demais gastos. Agora, se houver um corte maior como se tem falado, em torno de 35% (trinta e cinco)
25 por cento, afirmou que dificilmente será possível administrar a Universidade. Finalizou pedindo aos
26 conselheiros apoio e que divulguem essas informações a seus colegas de forma que todos possam
27 colaborar com redução de gastos. Comunicou ainda que, em abril, pretende fazer uma reunião com
28 os Conselhos Superiores e com toda a comunidade acadêmica para repassar essas informações como
29 fez no início da sua gestão. Aprovada a ata e decididos os itens do expediente do dia, foi então
30 colocada em discussão a pauta. No momento da aprovação, o presidente do Conselho solicitou que o
31 item 3 (três), que trata do Relatório de Gestão 2015, passasse para item 1 (um), o que foi acatado.
32 Ainda, a pedido do conselheiro relator, prof. Leonardo Adolpho Rodrigues da Silva, foram excluídos
33 os itens 6 (seis), 7 (sete) e 9 (nove), que tratam, respectivamente da Resolução/CONDI nº 011, de
34 16/12/2016, *ad referendum*, que aprova o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT),
35 Exercício de 2017; do Relatório de cumprimento de ações do PAINT/2016 de agosto a outubro de
36 2016; e da Resolução/CONDI nº 002, de 17/02/2017, *ad referendum*, que aprova o Relatório Anual
37 de Atividades de Auditoria Interna – RAINIT 2016. Aprovada a pauta, iniciaram-se os trabalhos.

38 **Item um: Processo nº 23122.005492/2017-03 – Relatório de Gestão 2016. Interessada: PPLAN,**
39 **relatado pelo conselheiro Bruno Nascimento Campos.** O relator leu o mérito de seu parecer
40 informando este Relatório atende às exigências institucionais estabelecidas pelo inciso III (três) do
41 artigo 19 (dezenove) do Estatuto da UFSJ e ao disposto no inciso XIII (treze) do artigo 31 (trinta e
42 um) do Regimento Geral da UFSJ. Ademais, esclareceu que seu formato é de prestação de contas,
43 nos termos do artigo 70 (setenta) da Constituição Federal e elaborado de acordo com as disposições
44 previstas na legislação em vigor. Além disso, desde a DN TCU nº 134/2013 (cento e trinta e quatro /
45 dois mil e treze), esclareceu que a UFSJ é dispensada de apresentar a prestação de contas anual,
46 ficando responsável de apresentar apenas o Relatório de Gestão. Por fim, destacou que a UFSJ
47 caminha para implantação de um modelo de gestão burocrático, com ações formalizadas em
48 processos, atuando dentro de um conjunto de 5 (cinco) macroprocessos finalísticos: ensino, assuntos
49 estudantis, pesquisa, extensão e desenvolvimento institucional. No que concerne à expansão da
50 UFSJ, informou que, nos últimos 10 (dez) anos, destaca-se o aumento, entre 2006 (dois mil e seis) e
51 2016 (dois mil e dezesseis), de 3.790 (três mil, setecentos e noventa) discentes de graduação para
52 mais de 14.000 (quatorze) e de menos de 100 (cem) discentes em pós-graduação *stricto sensu* para
53 quase 900 (novecentos), lado a lado com a mudança de 214 (duzentos e quatorze) para 815
54 (oitocentos e quinze) docentes e elevação de 202 (duzentos e dois) para 544 (quinhentos e quarenta e
55 quatro) referentes aos técnicos-administrativos. Atualmente, a UFSJ oferece 50 (cinquenta) cursos
56 de graduação, sendo 4 (quatro) cursos na modalidade educação a distância, 25 (vinte e cinco)
57 programas de pós-graduação, em que todos oferecem cursos de mestrado e 6 (seis) ofertam também
58 doutorado. Foram recomendados pela CAPES em 2016 (dois mil e dezesseis) mais 2 (dois)
59 programas de pós-graduação e mais 1 (um) curso de graduação, que iniciarão as atividades em 2017
60 (dois mil e dezessete). Em termos de assistência estudantil, segundo o Relatório, em 2016 (dois mil e
61 dezesseis), informou que a Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PROAE) realizou atendimentos a
62 2.714 (dois mil, setecentos e quatorze) discentes matriculados em cursos de graduação da UFSJ,
63 sendo, destes, 1.199 contemplados com o Auxílio Promoção Socioacadêmica, composto pelos
64 componentes Permanência, Moradia, Alimentação e Transporte. No que se refere à estrutura de
65 governança e autocontrole de gestão, destacou que a UFSJ conta com estrutura matricial com
66 decisões colegiadas regidas por órgãos colegiados superiores. Trata-se de uma estrutura regida pela
67 democracia e transparência. Quanto ao desenvolvimento institucional, foram aprovados no CONSU
68 somente os Planos Pilotos Físicos Territoriais dos *Campi* Tancredo Neves e Alto Paraopeba, mesmo
69 assim, há mais de 5 (cinco) anos, estando ambos desatualizados. Ademais, observou que os Planos
70 Pilotos Físicos Territoriais dos *Campi* Centro-Oeste Dona Lindu, Sete Lagoas, Santo Antônio e Dom
71 Bosco foram elaborados e estão em discussão com a comunidade acadêmica para adequações.
72 Sugeriu que esses Planos se tornem planos de ocupação, amplamente discutidos com a comunidade
73 acadêmica de cada unidade, incluindo as fazendas, Solar da Baronesa, Fortim dos Emboabas e
74 CEREM. Quanto às ações de auditoria, informou que a Unidade de Auditoria Interna da UFSJ, no

75 exercício de 2016 (dois mil e dezesseis), do total das 12 (doze) ações previstas no Plano de Auditoria
76 Interna (PAINT) e suas respectivas subações, foram executadas em torno de 70% (setenta por cento)
77 das metas planejadas. Entretanto, alguns trabalhos não puderam ser realizados ou foram
78 parcialmente realizados. Nesse sentido, a AUDIT emitiu 97 (noventa e sete) Pareceres de Auditoria,
79 resultando em 8 (oito) Relatórios de Auditoria, contendo um total de 27 (vinte e sete)
80 recomendações aos Setores da UFSJ, totalizando R\$ 8.098.236,12 (oito milhões, noventa e oito mil,
81 duzentos e trinta e seis reais e doze centavos), de recursos auditados, correspondendo a 8,5% (oito
82 vírgula cinco por cento) dos recursos executados pela UFSJ no exercício, desconsiderando-se as
83 despesas de pessoal ativo e os respectivos benefícios. Já no que se refere ao relacionamento com a
84 sociedade, destacou que a Ouvidoria da UFSJ recebeu 246 (duzentas e quarenta e seis)
85 manifestações via sistema intranet próprio, distribuídas da seguinte forma: 113 (cento e treze)
86 Reclamações (45,9%), 89 (oitenta e nove) Pedidos de Informação (36,2%), 28 (vinte e oito)
87 Denúncias (11,4%) e 16 (dezesseis) Sugestões (6,5%). Foram recebidos 382 (trezentas e oitenta e
88 duas) mensagens de *e-mail* durante o período de 1º (primeiro) de janeiro de 2016 (dois mil e
89 dezesseis) a 31 (trinta e um) de dezembro de 2016 (dois mil e dezesseis). Esclareceu que alguns
90 deles já possuíam registro na intranet. No entanto, receberam o devido tratamento com a repetição da
91 resposta inserida no sistema. Já no e-OUV, Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal,
92 informou que foram recebidas 10 (dez) manifestações de cidadãos. Das manifestações recebidas, 1
93 (uma) foi classificada como Denúncia (10%), 4 (quatro) foram classificadas como Reclamação (40%)
94 e 5 (cinco) foram classificadas como Solicitação (50%). Destacou que a UFSJ conta também com o
95 Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), que permite que qualquer pessoa formule pedidos de
96 acesso à informação e receba a resposta da solicitação. As solicitações podem ser feitas tanto pela
97 internet quanto presencialmente em sala localizada no *Campus* Santo Antônio. Em 2016, informou
98 que o SIC da UFSJ recebeu 128 (cento e vinte e oito) pedidos de informação, tendo uma média de
99 10,67 (dez vírgula sessenta e sete) pedidos por mês. Todos os pedidos foram respondidos aos
100 solicitantes. No total, informou que foram respondidas 257 (duzentas e cinquenta e sete) perguntas, o
101 que dá uma média de 2,01 (duas vírgula uma) perguntas por pedido. A Lei de Acesso à Informação
102 define o prazo de 20 (vinte) dias para resposta aos pedidos de informação, prazo que pode ser
103 prorrogado por mais 10 (dez) dias mediante justificativa. Em 2016 (dois mil e dezesseis), o tempo
104 médio de resposta da UFSJ para cada pedido foi de 17,08 (dezessete vírgula oito) dias dentro do
105 prazo estabelecido pela Lei. No que se refere às Ações de Acessibilidade, realizadas em 2016 (dois
106 mil e dezesseis), para promover a efetiva inclusão de discentes com deficiência na Instituição foram
107 criadas salas de recursos multifuncionais e realizado o IV Seminário de Inclusão no Ensino Superior
108 (SINES). Incluem-se, ainda, a gestão dos recursos do Programa INCLUIR/MEC 2016, a
109 coordenação das atividades dos tradutores e intérpretes de Libras, a correalização do diagnóstico de
110 barreiras da UFSJ e o acompanhamento dos discentes da UFSJ com deficiência. Quanto ao
111 planejamento, informou que se seguiu o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o qual foi

112 definido 9 (nove) objetivos estratégicos, a saber: 1) melhorar a qualidade do trabalho institucional por
113 meio da valorização, capacitação e qualificação dos servidores docentes e técnicos-administrativos;
114 2) reestruturar e ampliar a infraestrutura física e administrativa; 3) adequar processos e
115 procedimentos acadêmicos e administrativos, consolidando a expansão e a estrutura multissede; 4)
116 assegurar as condições de ingresso, permanência e êxito escolar; 5) ampliar e consolidar os cursos de
117 graduação e pós-graduação; 6) ampliar a produção técnico-científica e a inovação tecnológica; 7)
118 ampliar a interlocução entre a UFSJ e as comunidades das regiões atendidas por meio de ações de
119 extensão universitária; 8) aprimorar os canais de comunicação interno e externo; e 9) fortalecer e
120 ampliar as ações entre a UFSJ e instituições nacionais e internacionais. Continuando, destacou que o
121 Relatório aponta para as ações e resultados alcançados em 2016 (dois mil e dezesseis) dentro dos 9
122 (nove) objetivos estratégicos apresentados, dos quais o relator apresentou uma síntese sobre cada um.
123 Antes do encaminhamento do Relatório ao TCU, o relator indicou que é necessário que se faça uma
124 revisão crítica de todo o documento, tendo em vista que identificou pequenas incongruências ao
125 longo do texto, sobretudo número diferentes para os mesmos dados, como, por exemplo, o número
126 de cursos de graduação e pós-graduação e o número de servidores técnicos e docentes aparecem
127 discrepantes em diferentes partes do relatório. Mas afirmou que tais discrepâncias são ínfimas, não
128 gerando problemas na aprovação do documento por este Conselho e pelo CONSU. O relator deixou
129 claro ainda que não pôde realizar conferência *in loco* dos dados apresentados, tendo a
130 responsabilidade por qualquer problema que possa constar neste relatório a unidade que prestou a
131 informação. O relator ressaltou ainda que a aprovação tardia do orçamento não é algo saudável,
132 tendo em vista que tal orçamento foi aprovado *ad referendum* ao fim de 2016 (dois mil e dezesseis)
133 e somente consta da pauta desta reunião. Segundo o relator, ele sabe dos problemas gerados pela
134 aprovação tardia do Orçamento Geral da União, mas também destaca que o projeto da Lei
135 Orçamentária Anual (LOA) é apresentado ao Congresso Nacional sempre em setembro de cada ano.
136 Antes disso, em maio, o Congresso aprecia a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que direciona
137 a construção da LOA. Portanto, sugeriu à Gestão que submeta a este Conselho, em setembro ou
138 outubro de cada ano, uma proposta preliminar de orçamento, nos moldes da LDO, baseada no PDI,
139 para que este Conselho tenha condições de realizar um comparativo entre o orçamento (ou suas
140 diretrizes) e o Relatório de Gestão, o que não foi possível ser realizado por ele. Do mesmo modo, o
141 relator solicitou que, nos anos seguintes, o Relatório análogo, por sua complexidade, seja apreciado
142 ao Conselho Diretor, com tempo razoável, para análise pelo relator, no máximo na primeira semana
143 de março de cada ano. Outro ponto que o relator destacou, apesar de todos os avanços, é que a UFSJ
144 necessita passar urgentemente por uma reforma administrativa e acadêmica profunda, para se
145 adequar à sua nova realidade. Os processos de expansão pelos quais a UFSJ passou nos últimos 10
146 (dez) anos foram extraordinários e geraram vários desafios. As últimas gestões emendaram o quanto
147 puderam a estrutura organizacional herdada da UFSJ pré-2006. Já não cabem mais emendas, e tal
148 discussão foi mote da última campanha à Reitoria da UFSJ e constou no programa de ambas as

149 chapas. Nesse caso, afirmou que a UFSJ deve se repensar! Neste momento de desaceleração de
150 crescimento, de consolidação e acomodação da expansão acadêmica, faz-se necessária uma ampla
151 discussão. Frisou que não se trata de uma tarefa fácil, pois tirará de posição cômoda muitas pessoas e
152 gerará desconforto. Tal mudança deve ser realizada de forma séria, responsável e sem a preocupação
153 de perpetuação no poder. É necessário coragem para fazer e uma discussão ampla seguramente
154 facilitará para que uma nova estrutura surja coletivamente, gerando maior identificação entre as
155 pessoas e a Instituição à qual dedicamos aproximadamente um terço de nossos dias de trabalho.
156 Concluindo, o relator afirmou que se percebe que, apesar da presença de obstáculos em áreas
157 específicas de atuação da UFSJ, a Gestão de 2016 (dois mil e dezesseis) mostrou resultados
158 condizentes com a meta de crescimento concomitante à de desenvolvimento da Instituição. São
159 esforços para cumprir com os objetivos estabelecidos no PDI dentro dos princípios de eficiência,
160 eficácia e efetividade. Na fase de esclarecimento, o presidente do Conselho informou que estava
161 presente à reunião o pró-reitor de Planejamento e Desenvolvimento, prof. Gustavo Melo Silva, para
162 esclarecimentos a este e aos dois próximos itens da pauta. Solicitou permissão para que ele pudesse
163 falar quando necessário, o que foi acatado. O presidente observou que concorda com as críticas
164 feitas pelo relator e prestou ainda alguns esclarecimentos sobre o Relatório de Gestão, destacando
165 que, apesar de tudo, é bom perceber que pelo menos a Instituição está caminhando. Citou, por
166 exemplo, que, no início da gestão da profa. Valéria, em 2012 (dois mil e doze), eram 14 (quatorze)
167 cursos de pós-graduação *stricto sensu* e hoje já são 27 (vinte e sete). Afirmou que o passo agora é
168 melhorar a qualificação dos corpos docente e técnico-administrativo. Na sequência, o pró-reitor
169 agradeceu aos conselheiros, bem como ao relator, que se disponibilizou a fazer este relato de forma a
170 tornar possível o envio do Relatório ao TCU dentro do prazo. Destacou, ainda, que o relatório
171 explicita muito bem a qualidade e a eficiência como foram geridos os recursos de custeio da
172 Instituição. E, por fim, afirmou que, na medida do possível, as sugestões do relator serão atendidas.
173 Dados os esclarecimentos e discutida a matéria, o relator leu o seu parecer: “Diante do que no mérito
174 consta, considerando-se a forma transparente de apresentação de metas, ações e resultados, junto ao
175 cumprimento da legislação em vigor, sou de parecer favorável ao Relatório de Gestão da UFSJ,
176 exercício de 2016. Ressalto a necessidade de realização da revisão crítica do documento, citada no
177 mérito, antes do encaminhamento ao TCU. Este é o voto do relator”. Decisão do Plenário: o parecer
178 do relator foi aprovado por unanimidade, dando origem à Resolução nº 004 (quatro), de 24 (vinte e
179 quatro) de março de 2017 (dois mil e dezessete), que passa a fazer parte do processo. **Item dois:**
180 **Processo nº 23122.025573/2016-31 – Resolução/CONDI nº 012, de 23/12/2016, ad referendum,**
181 **que aprova a Proposta orçamentária da UFSJ 2016. Interessada: PPLAN, relatado pela**
182 **conselheira Aline Cristina da Cruz.** A relatora leu o mérito de seu parecer informando que,
183 conforme destacado no presente processo, o envio da Proposta Orçamentária, ao fim do ano de 2016
184 (dois mil e dezesseis), não mais com caráter de proposta, mas pós-execução, tem justificativas
185 consistentes para tal. Ou seja, seu envio tardio se deve, sobretudo, às instabilidades política e

186 econômica vivenciadas desde 2015 (dois mil e quinze). Dessa forma, num contexto de elevada
187 incerteza quanto ao formato e volume dos recursos disponíveis pela União, a Pró-reitoria de
188 Planejamento e Desenvolvimento (PPLAN) desempenhou suas atividades até meados do mês de
189 outubro com informações incertas e restrição de recursos consideráveis. Esclareceu, ainda, que tal
190 cenário foi marcado por mudanças da programação do Orçamento Federal, as quais estavam
191 previstas na legislação que regulamentava o assunto. Em termos específicos de sua estrutura, a
192 relatora informou que a proposta orçamentária de 2016 (dois mil e dezesseis) da UFSJ trouxe, em
193 seu conteúdo, a legislação base deste processo, incluindo dados de acompanhamento orçamentário
194 de 2013 (dois mil e treze) a 2016 (dois mil e dezesseis) e de definição do teto orçamentário. Ademais,
195 tiveram-se informações sobre a Composição do Quadro de Detalhamento da Despesa e a Proposta de
196 Distribuição Interna do Orçamento e foram apresentados os dados de gastos com pessoal, encargos
197 sociais, benefícios e capacitação de servidores públicos federais, entre outros itens. Sobre os
198 recursos do teto da proposta, destacou que vale a menção à sua previsão em conformidade com a Lei
199 de Orçamento Anual (LOA), que contempla recursos de origem das seguintes fontes: Matriz
200 ANDIFES, Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), Programa Reuni, Plano de
201 Desenvolvimento das Universidades (PDU), Programa de Consolidação das IDES (complemento aos
202 recursos de REUNI e EXPANDIR), Programa Mais Médicos e Programa Inglês sem Fronteiras,
203 enquanto iniciativa do Ministério da Educação (MEC). No que diz respeito à evolução do orçamento
204 do período 2013-2016 (dois mil e treze – dois mil e dezesseis), informou que foi destacado o
205 aumento de R\$ 108,2 milhões (cento e oito milhões e duzentos mil) para R\$ 182,3 milhões (cento e
206 oitenta e dois milhões e trezentos mil) em 2016 (dois mil e dezesseis) para dispêndios de pessoal. Já
207 sobre a rubrica para despesas de custeio, destacou que passou de aproximadamente R\$ 44,4 milhões
208 (quarenta e quatro milhões e quatrocentos mil reais) para R\$ 68,8 milhões (sessenta e oito milhões e
209 oitocentos mil reais). Ressaltou que o comportamento adverso é identificado na evolução das
210 despesas previstas com capital, o que implica a queda de aproximadamente 50% (cinquenta por
211 cento) neste recorte temporal. Especificamente, ressaltou que se passou de um orçamento em 2013
212 (dois mil e treze) de R\$ 24,5 milhões (vinte e quatro milhões e quinhentos mil reais) para algo
213 próximo a R\$ 13,4 milhões (treze milhões e quatrocentos mil reais). Esclareceu que esses montantes
214 não incluem Emendas Parlamentares (individuais ou obtidas junto à Bancada Parlamentar). Isso
215 porque parte desse tipo de recurso ainda não havia sido liberada ao fim do ano de 2016 (dois mil e
216 dezesseis) quando do envio da proposta orçamentária para apreciação. Já em relação à definição do
217 teto da proposta definida pelo Governo Federal, informou que seguiu a matriz acordada pela
218 SESu/ANDIFES e o Decreto nº 7.233 (sete mil, duzentos e trinta e três), de 19 (dezenove) de julho
219 de 2010 (dois mil e dez). A respeito desse último, observou que estabelece a existência um novo
220 modelo de alocação de recursos de Orçamento de Custeio e de Capital (OCC) do MEC às IFES, a
221 ser elaborado por comissão paritária MEC/ANDIFES, com base em parâmetros, os quais foram
222 destacados pela relatora. Nesse sentido, a relatora destacou que fica, portanto, a ressalva de que é

223 fundamental o lançamento sempre atualizado dos dados que alimentam a Plataforma de Integração
224 de Dados das IFES (PINGIFES), que tem efeito direto na Matriz SESu/ANDIFES. Isso vai ao
225 encontro do alcance de um teto orçamentário condizente, a princípio, com as demandas da UFSJ. No
226 que concerne aos recursos de receita própria, informou que se teve a soma de R\$ 1.271.295,00 (um
227 milhão, duzentos e setenta e um mil e duzentos e noventa e cinco reais), sendo 20% (vinte por cento)
228 de recursos financeiros obtidos por meio de arrecadação direta e o restante de recursos não
229 financeiros diretamente arrecadados. Outro ponto que ressaltou foi que a presente proposta foi
230 formulada com base no atendimento à Resolução/CONDI nº 005 (cinco), de 21 (vinte e um) de
231 fevereiro de 2000 (dois mil). Tal Resolução estabelece prioridade à atividade fim, representada, por
232 sua vez, pelo tripé ensino, pesquisa e extensão. Ademais, esta Resolução visa à garantia do
233 cumprimento de despesas de manutenção, a exemplo de despesas com água, luz, telefonia e internet,
234 incluindo também os contratos de manutenção e o material de consumo básico. No detalhamento das
235 despesas de manutenção, elencadas em valor próximo dos R\$ 4 milhões (quatro milhões), destacou
236 que se tiveram 22,6% (vinte e dois vírgula seis por cento) para o *Campus* Centro-Oeste Dona Lindu
237 (CCO), 6,61% (seis vírgula sessenta e um por cento) para o *Campus* Alto Paraopeba (CAP), 82,7%
238 (oitenta e dois vírgula sete por cento) para os três *campi* de São João del-Rei e 20,47% (vinte vírgula
239 quarenta e sete por cento) para o *Campus* Sete Lagoas (CSL). Foram apresentados dados gerais e por
240 *campi* de locação de mão de obra, cujo total atingiu mais de R\$ 20 milhões (vinte milhões). Já o
241 material de consumo ficou na casa do R\$ 1.386.020,18 (um milhão, trezentos e oitenta e seis mil e
242 vinte reais e dezoito centavos), sendo ainda propostos mais de R\$ 10 milhões (dez milhões) para
243 auxílio financeiro aos discentes e outro R\$ 1,6 milhão (um milhão e seiscentos mil) para assistência
244 estudantil. Em suma, informou que, do total de R\$ 289.201.145,00 (duzentos e oitenta e nove
245 milhões, duzentos e um mil e cento e quarenta e cinco reais) de receita, 90,5% (noventa vírgula
246 cinco por cento) são de origem na Receita Fiscal, sendo que 99,56% (noventa e nove vírgula
247 cinquenta e seis por cento) são do Tesouro. Desse total, a previsão com despesas é de 70,57%
248 (setenta vírgula cinquenta e sete por cento) com pessoal e encargos sociais, 5,06% (cinco vírgula seis
249 por cento) para capital e 24,37% (vinte e quatro vírgula trinta e sete por cento) para despesas de
250 custeio. Na fase de esclarecimentos, o pró-reitor de Planejamento e Desenvolvimento, prof. Gustavo
251 Melo Silva, agradeceu a compreensão dos conselheiros em entender esta situação incomum de envio
252 tardio da proposta, mas, como já muito bem ressaltado pela relatora em seu parecer, esclareceu que o
253 orçamento só foi totalmente liberado pelo Governo Federal no dia 13 (treze) de dezembro de 2016
254 (dois mil e dezesseis). Dados os esclarecimentos e discutida a matéria, a relatora leu o seu parecer:
255 “Pelo exposto no mérito, sou de parecer favorável à Resolução nº 12 do CONDI, de 23 de dezembro
256 de 2016, que aprova *ad referendum* a Proposta Orçamentária de 2016, salvo melhor juízo”. Decisão
257 do Plenário: o parecer da relatora foi aprovado por unanimidade, referendando a Resolução nº 012
258 (doze), de 23 (vinte e três) de dezembro de 2016 (dois mil e dezesseis), que faz parte do processo.
259 **Item três: Processo nº 23122.002834/2017-25 – Proposta orçamentária UFSJ 2017. Interessada:**

260 **PPLAN, relatado pela conselheira Aline Cristina da Cruz.** A relatora leu o mérito de seu parecer
261 informando que, a exemplo do cenário instável de 2016 (dois mil e dezesseis), que comprometeu o
262 cumprimento de prazos pela Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento (PPLAN) quanto à
263 Proposta Orçamentária daquele ano, a referida Pró-reitoria informa que, atualmente, atua amparada
264 pelo Decreto nº 8.961 (oito mil, novecentos e sessenta e um), de 16 (dezesseis) de janeiro de 2017
265 (dois mil e dezessete), que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, além de definir o
266 cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para 2017 (dois mil e dezessete) e dá outras
267 providências. Ainda, o Setor de Planejamento Orçamentário (SEPLO) da PPLAN destaca ainda que,
268 dadas as restrições financeiras ligadas ao limite orçamentário de um oitavo do orçamento, a proposta
269 que segue é sintetizada e voltada às informações de capital, custeio e respectivos quadros de
270 detalhamento de despesa. A expectativa, certamente, é de que, ao longo do ano de 2017 (dois mil e
271 dezessete), se façam necessários ajustes no detalhamento da proposta na medida em que a liberação
272 orçamentária da União se fizer de forma integral. Dessa forma, a relatora informou que os valores
273 que constam são aqueles apresentados pelo Governo Federal ao Congresso Nacional no Projeto de
274 Lei Orçamentária para 2017 (PLOA 2017). Até a aprovação final, esses valores podem ser alterados
275 por proposta do próprio Governo, ou por iniciativa do Congresso, devendo ser considerados como
276 valores prováveis. Sobre os recursos do teto da proposta, destacou que vale a menção à sua previsão
277 em conformidade com a Lei de Orçamento Anual (LOA), que contempla recursos de origem das
278 seguintes fontes: Matriz ANDIFES, Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES),
279 Programa Reuni, Plano de Desenvolvimento das Universidades (PDU), Programa de Consolidação
280 das IFES (complemento aos recursos de REUNI e EXPANDIR), Programa Mais Médicos e
281 Programa Inglês sem Fronteiras, enquanto iniciativa do Ministério da Educação (MEC). Esclareceu
282 que esta proposta orçamentária tem como norte central os elementos de capital e custeio
283 desagregados da seguinte forma: 1 – Capital: a) integrar prédios novos, melhorias estruturais e
284 urbanização dos *Campi* da UFSJ; b) melhorar a infraestrutura de fornecimento de energia e de
285 abastecimento de água nos *Campi* da UFSJ; e c) dar continuidade às construções em andamento; 2 –
286 Custeio: a) manutenção dos serviços continuados; b) apoiar a manutenção de equipamentos, eventos,
287 semanas acadêmicas, empresas juniores e de equipes de competição; c) manter as bolsas acadêmicas
288 destinadas à graduação, mestrado e doutorado; d) dar continuidade à política de assistência
289 estudantil; e) manter os fundos de ensino, pesquisa e extensão; e f) manter o Programa de Incentivo
290 à Formação dos Servidores (PROSER). No que diz à evolução do orçamento do período 2014-2017
291 (dois mil e quatorze / dois mil e dezessete), informou que foi destacado o aumento de R\$139,7
292 milhões (cento e trinta e nove milhões e setecentos mil reais) para R\$ 222,3 milhões (duzentos e
293 vinte e dois milhões e trezentos mil reais) em 2017 (dois mil e dezessete) para dispêndios de pessoal.
294 No comparativo deste saldo de 2017 (dois mil e dezessete) em relação a 2016 (dois mil e dezesseis),
295 ressaltou que se infere pela alta de 21,9% (vinte e um vírgula nove por cento). Já sobre as despesas
296 de custeio, passa-se de aproximadamente R\$ 54,7 milhões (cinquenta e quatro milhões e setecentos

297 mil reais) para R\$ 65,7 milhões (sessenta e cinco milhões e setecentos mil reais), valor, por sua vez,
298 inferior em 4,5% (quatro vírgula cinco por cento) ao montante do ano passado. Ressaltou que o
299 mesmo comportamento adverso é identificado na evolução das despesas previstas com capital, o que
300 implica a queda de aproximadamente 51,7% (cinquenta e um vírgula sete por cento), neste recorte
301 temporal, sendo que o valor de 2017 (dois mil e dezessete), diante do de 2016 (dois mil e dezesseis),
302 traduz redução de 31,8% (trinta e um vírgula oito por cento). Observou ainda que cabe destacar que
303 estes montantes não incluem Emendas Parlamentares (individuais ou obtidas junto à Bancada
304 Parlamentar). Isso porque parte deste tipo de recurso ainda não havia sido liberada ao fim do ano de
305 2016 (dois mil e dezesseis) quando do envio da proposta orçamentária para apreciação. Informou
306 que o teto da proposta prevista na Lei de Orçamento Anual (LOA) para o ano de 2017 (dois mil e
307 dezessete) foi definido pelo Governo Federal, tendo como base: informações sobre estimativa de
308 gasto com pagamento para servidores, resultados da aplicação das Matrizes de Consolidação e OCC
309 (regulamentada pelo Decreto nº 7.233, de 19/07/2010, e Portaria nº 621, de 24/07/2013), bem como
310 pelos recursos destinados aos Programas: PNAES, PROMISAES, PROEXT, PDU, Consolidação
311 das IFES, Programa Mais Médicos e Idiomas sem Fronteiras. Ademais, informou que o Decreto nº
312 7.233/2010 (sete mil, duzentos e trinta e três / dois mil e dez) regulamenta a Matriz e estabelece a
313 existência um novo modelo de alocação de recursos de Orçamento de Custeio e de Capital (OCC) do
314 MEC às IFES a ser elaborado por comissão paritária MEC/ANDIFES, com base em parâmetros, os
315 quais foram destacados pela relatora. Ressaltou que os resultados da Matriz SESU/OCC são gerados
316 tendo como base os dados informados anualmente à Plataforma de Integração de Dados das IFES
317 (PINGIFES). Tais informações dizem respeito às vagas ofertadas na graduação e pós-graduação,
318 alunos concluintes e área física destinada a laboratórios e salas de aula. Esclareceu que os limites
319 orçamentários decorrentes da aplicação da Matriz SESU/OCC são aqueles destinados aos
320 investimentos e manutenção das atividades de ensino, pesquisa e extensão da Instituição. Logo,
321 afirmou que a prática de registro constante e atualizado pela Universidade de tais dados é essencial,
322 contribuindo, por sua vez, para a possibilidade de definição de teto orçamentário condizente com as
323 necessidades da UFSJ. Esclareceu que o repasse do recurso proveniente do Programa Reuni
324 compreende o período 2008-2012 (dois mil e oito / dois mil e doze), sendo que, em 2017 (dois mil e
325 dezessete), consta na LOA o montante de R\$ 4.234.293,00 (quatro milhões, duzentos e trinta e
326 quatro mil e duzentos e noventa e três reais) para despesas de custeio. Já os recursos de investimento
327 para consolidação do processo de expansão têm como fonte o Programa de Consolidação das IFES,
328 Expansão da Educação em Saúde e Plano de Desenvolvimento das Universidades. Quanto aos
329 recursos destinados à UFSJ, provenientes da matriz OCC, ressaltou que estes revelam redução de
330 10,64% (dez vírgula sessenta e quatro por cento) em relação a 2016 (dois mil e dezesseis), tendo
331 caído para R\$ 33,9 milhões (trinta e três milhões e novecentos mil reais), quando o valor era de R\$
332 37,9 milhões (trinta e sete milhões e novecentos mil reais) no ano anterior. Diante disso, informou
333 que foi adotada a medida de programação de despesas a partir do levantamento das necessidades de

334 cada Unidade Administrativa, Unidade Acadêmica e Coordenadorias de Cursos. Especificamente,
335 destacou que as despesas com manutenção e assistência estudantil foram estimadas com base no
336 levantamento das despesas efetivamente pagas no exercício de 2016 (dois mil e dezesseis), tendo
337 sido utilizados para correções dos valores referentes à manutenção: 10% (dez por cento) sobre os
338 valores executados e programados para execução em 2016 (dois mil e dezesseis). Para os contratos
339 de locação de mão de obra, informou que foi utilizado o índice de acréscimo de 10% (dez por cento)
340 sobre o valor vigente em 2015 (dois mil e quinze) e 2016 (dois mil e dezesseis), tendo em vista as
341 convenções coletivas das classes trabalhadoras contratadas. Para os contratos, cujas convenções já
342 foram realizadas até o presente momento, os valores estão corrigidos na proposta. Toda programação
343 visa a atender às atividades fim e meio, na seguinte proporção: 94% (noventa e quatro por cento)
344 para a área fim (R\$17.491.779,76) e 6% (seis por cento) para a área meio (R\$ 1.166.089,28). No que
345 concerne aos recursos de receita própria, segundo a Proposta, destacou que se tem a soma de R\$ R\$
346 1.058.256,00 (um milhão, cinquenta e oito mil e duzentos e cinquenta e seis reais), inferior, portanto,
347 ao valor de 2016 (R\$ 1.271.295,00), sendo 22,5% (vinte e dois vírgula cinco por cento) de recursos
348 financeiros obtidos por meio de arrecadação direta, 64,4% (sessenta e quatro vírgula quatro por
349 cento) de recursos não financeiros diretamente arrecadados, enquanto 13,13% (treze vírgula treze
350 por cento) tratam de Recursos de Convênios celebrados com órgãos estaduais, municipais e privados.
351 Outro ponto que a relatora ressaltou é que a presente Proposta é formulada com base no atendimento
352 à Resolução/CONDI nº 005 (cinco), de 21 (vinte e um) de fevereiro de 2000 (dois mil). Esclareceu
353 que tal Resolução estabelece prioridade à atividade fim, representada, por sua vez, pelo tripé ensino,
354 pesquisa e extensão. Ademais, observou que esta Resolução visa à garantia do cumprimento de
355 despesas de manutenção, a exemplo de despesas com água, luz, telefonia e internet, incluindo
356 também os contratos de manutenção e o material de consumo básico. No detalhamento das despesas
357 de manutenção, elencadas em montante de R\$ 3.594.200,33 (três milhões, quinhentos e novena e
358 quatro mil e duzentos reais e trinta e três centavos), têm-se 25,6% (vinte e cinco vírgula seis por
359 cento) para o *Campus* Centro-Oeste Dona Lindu (CCO), 6,4% (seis vírgula quatro por cento) para o
360 *Campus* Alto Paraopeba (CAP), 87,7% (oitenta e sete vírgula sete por cento) para os três *campi* de
361 São João del-Rei e a parcela restante a ser gasta no *Campus* de Sete Lagoas (CSL). São apresentados
362 dados gerais e por *campi* de locação de mão de obra, cujo total atinge pouco mais de R\$ 20,7
363 milhões (vinte milhões e setecentos mil reais). Já em relação ao material de consumo, destacou que
364 fica na casa de R\$ 1.184.404,79 (um milhão, cento e oitenta e quatro mil e quatrocentos e quatro
365 reais e setenta e nove centavos), sendo ainda propostos mais de R\$ 9,45 milhões (nove milhões e
366 quatrocentos e cinquenta mil reais) para auxílio financeiro aos discentes, sendo que, deste total, 49%
367 (quarenta e nove por cento) dizem respeito a despesas com assistência estudantil. Um ponto positivo
368 que a relatora chamou a atenção concerne ao rateio proposto de recursos voltados para o fomento às
369 ações, divididos em grupos de despesas com bolsas e dispêndios de custeio de forma geral.
370 Especificamente, tratando-se do custeio, do total de R\$ 302.500 mil (trezentos e dois mil e

371 quinhentos reais), têm-se 40% (quarenta por cento) para a Pró-reitoria de Extensão e Assuntos
372 Comunitários (PROEX) e 40% (quarenta por cento) para a Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação
373 (PROPE), com os valores restantes para a Pró-reitoria de Ensino de Graduação (PROEN). Em suma,
374 conforme apresentado ao fim da Proposta Orçamentária, destacou que se tem, do total referente à
375 Proveniência de Receita de R\$ 297.202.460,00 (duzentos e noventa e sete milhões, duzentos e dois
376 mil e quatrocentos e sessenta reais) de receita, 90,2% (noventa vírgula dois por cento) de origem na
377 Receita Fiscal, sendo que 99,64% (noventa e nove vírgula sessenta e quatro por cento) são do
378 Tesouro. Deste total, a previsão com despesas é de 74,8% (setenta e quatro vírgula oito por cento)
379 com pessoal e encargos sociais, 3,09% (três vírgula nove por cento) para capital e 22,11% (vinte e
380 dois vírgula onze por cento) para despesas de custeio. Concluindo e conforme exposto no documento
381 de forma clara e objetiva, a relatora afirmou que fica evidente, portanto, que o contexto de crise
382 econômica e política, vivenciado pelo País mais evidentemente desde 2015 (dois mil e quinze), se
383 prolongou até o ano vigente, com impactos negativos sobre a proposta orçamentária desta Instituição.
384 Ademais, diante das possibilidades de alterações ainda mais profundas por meio de novos decretos,
385 fica já a ressalva de que toda a comunidade acadêmica deverá empenhar esforços para permitir que a
386 UFSJ possa desempenhar suas metas a contento, sem maior prejuízo ao nosso público alvo, os
387 discentes, e sem deixar de destacar a importância dos corpos docente e técnico-administrativo. Na
388 fase de esclarecimentos, o pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento, prof. Gustavo Melo Silva,
389 destacou que a sua Pró-reitoria está fazendo um esforço para profissionalizar o orçamento visando a
390 simplificar a proposta orçamentária e, assim, simplificar também a elaboração do Relatório de
391 Gestão. Esclareceu que há também uma demanda da Reitoria de que, ao invés de se discutirem
392 valores, que se discutam critérios para a alocação de recursos com o intuito de melhorar a
393 distribuição destes. Dados os esclarecimentos e discutida a matéria, a relatora leu o seu parecer:
394 “Pelo exposto no mérito, sou de parecer favorável à Proposta Orçamentária 2017 da UFSJ, salvo
395 melhor juízo”. Decisão do Plenário: o parecer da relatora foi aprovado por unanimidade, dando
396 origem à Resolução nº 005 (cinco), de 24 (vinte e quatro) de março de 2017 (dois mil e dezessete),
397 que passa a fazer parte do processo. **Item quatro: Processo nº 23122.018887/2016-87 – Solicita**
398 **alteração da taxa referente à capa protetora para diploma. Interessada: DICON, relatado pelo**
399 **conselheiro Bruno Nascimento Campos.** O relator leu o mérito de seu parecer informando que o
400 objeto deste processo é a solicitação de alteração da taxa prevista no inciso VIII (oito) do artigo 1º
401 (primeiro) da Resolução/CONDI nº 011/2015 (onze / dois mil e quinze), que estabelece a taxa de
402 R\$10,00 (dez reais) para compra da capa protetora de diploma em percalux preto. Na época da
403 aprovação da referida Resolução, esclareceu que era vigente o contrato 160/2013 (cento e sessenta /
404 dois mil e treze), cujo custo da capa era de R\$ 9,73 (nove reais e setenta e três centavos). Com a
405 celebração do Contrato 031/2016 (trinta e um / dois mil e dezesseis), informou que o preço da
406 unidade foi para R\$ 18,58 (dezoito reais e cinquenta e oito centavos), com previsão de reajuste anual
407 corrigido pelo IGP-M, podendo vigorar até maio de 2021 (dois mil e vinte e um), caso seja

408 anualmente prorrogado. Diante do exposto, destacou que a Divisão de Acompanhamento e Controle
409 Acadêmico (DICON) sugeriu a taxa de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais). Com isso, além de arrecadar
410 nos primeiros anos um recurso para a UFSJ, o relator observou que a Instituição não teria prejuízos
411 com a taxa no final da vigência do contrato. Contudo, ressaltou que, durante a discussão em plenário,
412 foram levantadas questões relativas à motivação da proposta e a necessidade de se aumentar tanto o
413 valor da taxa. Dessa forma, considerando a discussão ocorrida, o relator sugeriu que se baixasse o
414 processo em diligência para que a DICON pudesse se manifestar, bem como sugerir uma revisão
415 ampla em todas as taxas escolares. Dados os esclarecimentos e discutida a matéria, o relator leu o
416 seu parecer: “Diante do exposto no mérito e da discussão ocorrida no plenário do CONDI na reunião
417 de hoje, solicito retorno do processo à DICON . Este é o voto do relator”. Decisão do Plenário: o
418 parecer do relator foi aprovado por unanimidade. **Item cinco: Processo nº 23122.001687/2017-76 –**
419 **Proposta de calendário de reuniões do CONDI 2017. Interessado: CONDI, relatado pelo**
420 **conselheiro Bruno Nascimento Campos.** O relator leu o mérito de seu parecer informando a
421 proposta de calendário de reuniões do CONDI prevê três reuniões ordinárias deste Conselho,
422 conforme previsto no *caput* do artigo 20 (vinte) do Estatuto da UFSJ. Esclareceu que as datas
423 propostas foram: 3 (três) de abril, 28 (vinte e oito) de agosto e 27 (vinte e sete) de novembro. Com a
424 proximidade da eleição de novos conselheiros para o CONDI, o relator sugeriu transferir a data da
425 reunião ordinária prevista para 3 (três) de abril para 8 (oito) de maio de 2017 (dois mil e dezessete).
426 Sugeriu, também, que, neste calendário, seja indicado que a previsão da primeira reunião ordinária
427 do CONDI de 2018 (dois mil e dezoito) seja 5 (cinco) de março de 2018 (dois mil e dezoito), tendo
428 como pauta a apreciação das contas do ano de 2017 (dois mil e dezessete) e, se possível, a
429 apreciação do orçamento para 2018 (dois mil e dezoito). Dados os esclarecimentos e discutida a
430 matéria, o relator leu o seu parecer: “Diante do exposto no mérito, sou de parecer favorável à
431 aprovação do Calendário de Reuniões Ordinárias do Conselho Diretor da Universidade Federal de
432 São João del-Rei. Este é o voto do relator”. Decisão do Plenário: o parecer do relator foi aprovado
433 por unanimidade. **Item seis: Processo nº 23122.023935/2016-59 – Resolução/CONDI nº 001, de**
434 **17/02/2017, ad referendum, que aprova o Calendário Administrativo para o ano de 2017.**
435 **Interessada: PROAD, relatado pelo conselheiro Bruno Nascimento Campos.** O relator leu o
436 mérito de seu parecer informando que o processo em questão consiste na proposta do Calendário
437 Administrativo para o ano de 2017 (dois mil e dezessete). Posteriormente, em 17 (dezessete) de
438 fevereiro de 2017 (dois mil e dezessete), informou que o calendário foi aprovado *Ad Referendum* do
439 presidente do CONDI. Para a confecção do Calendário Administrativo da UFSJ, o relator destacou a
440 preocupação da Secretaria Executiva da Pró-reitoria de Administração (PROAD) em buscar
441 antecipadamente as informações relativas às datas administrativas pertinentes às unidades
442 administrativas nos diversos municípios onde a UFSJ atua. Observou que algumas unidades
443 responderam a contento a esta solicitação tão importante para o Calendário Administrativo, outras
444 não. Em relação a isso, ressaltou que essa resposta se torna significativa ao passo que, com ela, o

445 Calendário fica mais completo e de acordo com a realidade da Instituição. Analisando o Calendário
446 Acadêmico, esclareceu que o Calendário Administrativo está em consonância com ele, bem como
447 está de acordo com a realidade de cada município onde a UFSJ possui uma unidade educacional,
448 cujos calendários e legislações relativas aos feriados dessas cidades foram anexados ao processo.
449 Informou que o calendário também está de acordo com a Portaria MPOG nº 369/2016 (trezentos e
450 sessenta e nove / dois mil e dezesseis), que divulga os feriados nacionais e dias de pontos
451 facultativos a serem cumpridos pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta,
452 autárquica e fundacional do Poder Executivo. Além da aprovação do Calendário *ad referendum*,
453 destacou que se tem como novidade a previsão de recesso para o fim de ano, a saber, entre os dias 26
454 (vinte e seis) e 29 (vinte e nove) de dezembro de 2017 (dois mil e dezessete). Por fim, o relator
455 indicou a correção na data de comemoração do Dia do Servidor Público, cuja comemoração será em
456 3 (três) de novembro, e não 11 (onze) de novembro, como consta no *ad referendum*. Dados os
457 esclarecimentos e discutida a matéria, o relator leu o seu parecer: “Diante do exposto no mérito, sou
458 de parecer favorável que este Conselho referende a Resolução CONDI nº 001/2017, que dispõe
459 sobre o Calendário Administrativo da Universidade Federal de São João del-Rei para o ano de 2017.
460 Este é o voto do relator”. Decisão do Plenário: o parecer do relator foi aprovado por unanimidade,
461 referendando a Resolução nº 001 (um), de 17 (dezessete) de fevereiro de 2017 (dois mil e dezessete),
462 que faz parte do processo. **Item sete: Processo nº 23122.004202/2017-04 – Resolução/CONDI nº**
463 **003, de 24/02/2017, ad referendum, que modifica a Resolução/CONDI nº 005, de 25/02/2013, e**
464 **regulamenta o Programa de Incentivo à Pós-graduação *Stricto Sensu* (PIPG) da UFSJ.**
465 **Interessada: PROPE, relatado pelo conselheiro Bruno Nascimento Campos.** O relator leu o
466 mérito de seu parecer informando que, diante do cenário de crise econômica e dificuldades
467 financeiras enfrentadas pelas instituições federais de ensino brasileiras, a solicitação da Pró-reitoria
468 de Pesquisa e Pós-graduação (PROPE) surge no sentido de não permitir a acumulação por discente
469 de pós-graduação de bolsa e proventos oriundos de vínculo empregatício. Até o momento, ressaltou
470 que a UFSJ adotava para o PIPG a política oriunda da Portaria Conjunta CAPES-CNPq nº 01/2010
471 (um / dois mil e dez), que permite aos bolsistas da CAPES e do CNPq matriculados em programa de
472 pós-graduação no País receber complementação financeira, proveniente de outras fontes, desde que
473 se dediquem a atividades relacionadas à sua área de atuação e de interesse para sua formação
474 acadêmica, científica e tecnológica. Para o relator, tal medida permitirá o suporte a um maior
475 número de discentes atendidos pelo PIPG. Porém, ressaltou que, durante a discussão em plenário,
476 foram levantadas questões relativas à motivação da proposta, tendo em vista que a CAPES e o CNPq
477 não modificaram sua política. O Vice-reitor, no exercício da Presidência do Conselho naquele
478 momento, questionou se houve consulta às coordenações dos programas e ressaltou as dificuldades
479 que enfrentam os professores da Educação Básica, sugerindo ao relator que baixasse o processo em
480 diligência para maiores esclarecimentos. Dados os esclarecimentos e discutida a matéria, o relator
481 leu o seu parecer: “Diante do exposto no mérito, este relator solicita que o processo baixe em

482 diligência para que a PROPE instrua o processo com maiores esclarecimentos acerca desta proposta,
483 que se encontra em vigor, devido ao fato de ser uma resolução *ad referendum*. Este é o voto do
484 relator”. Decisão do Plenário: o parecer do relator foi aprovado por unanimidade. Às 17 (dezesete)
485 horas e 25 (vinte e cinco) minutos, esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o presidente do
486 Conselho encerrou a reunião. E, para constar, eu, Maria da Penha Resende Rodrigues, secretária,
487 lavrei a presente ata que, se aprovada, será assinada por todos os conselheiros presentes à reunião.
488 São João del-Rei, 24 (vinte e quatro) de março de 2017 (dois mil e dezessete).

489 Prof. Sérgio Augusto Araújo da Gama Cerqueira

490 Prof. Marcelo Pereira de Andrade

491 Prof^a Aline Cristina da Cruz

492 Prof. Leonardo Adolpho Rodrigues da Silva

493 Tec.-adm. Bruno Nascimento Campos

494 Mem. MEC Antônio Carlos Duque Estrada Carvalho